

Consulta Prévia

(nos termos dos arts. 112.º e seguintes do Código dos Contratos Públicos)

CONVITE

PROCEDIMENTO: CP.IPG.2025.651_(SAS)

Fornecimento contínuo de fruta e legumes para Cantinas dos Serviços de Ação Social do IPG

1. OBJETO DO PROCEDIMENTO

- 1.1 O presente procedimento tem por objeto o fornecimento contínuo de fruta e legumes para cantinas dos Serviços de Ação Social do IPG (SASIPG), durante um ano, conforme descrito no Caderno de Encargos.
- 1.2 A sua tramitação ocorre integralmente na plataforma eletrónica da entidade adjudicante ACIN Icloud Solutions, Lda., adiante designada por ACINGOV, com o endereço <https://www.acingov.pt/>

2. ENTIDADE ADJUDICANTE

A entidade pública adjudicante é os Serviços de Ação Social do Instituto Politécnico da Guarda, adiante designado por SASIPG:

NIF: 600043010

Morada: Rua Soeiro Viegas, n.º 6, 6300-758 GUARDA

Telefone: +351 271220100

Endereço eletrónico: sap@ipg.pt

3. DECISÃO DE CONTRATAR

O órgão que determinou a contratação foi o Presidente do IPG, no exercício dos poderes nele delegados pelo despacho nº 5845/2024, publicado no Diário da República nº 100/2024, II série, de 23 de maio, conjugado com a alínea b) do n.º 1 do artigo 17.º do DL n.º 197/99, de 8 de junho, e com o artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) na redação em vigor.

4. FUNDAMENTAÇÃO DO PROCEDIMENTO ESCOLHIDO

Atendendo ao preço base fixado no caderno de encargos, foi escolhido o procedimento de **Consulta Prévia**, nos termos do artigo 20.º nº 1, alínea c) do CCP.

5. ÓRGÃO COMPETENTE PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS

O órgão competente para prestar esclarecimentos é o júri do concurso, de acordo com o n.º 2 do artigo 69.º do CCP e no exercício dos poderes nele delegados pelo Presidente do IPG.

6. ESCLARECIMENTOS; RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS

- 6.1 No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o interessado pode solicitar, através da plataforma identificada no número 1.2., os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo, deve apresentar uma lista na qual identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 50.º do CCP.
- 6.2 Nos termos da lei, consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:
- a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;

- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar, que o interessado não considere exequíveis.

6.3 Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente presta os esclarecimentos solicitados e delibera sobre os erros e as omissões identificados pelo interessado, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

6.4 Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelo interessado, bem como a decisão prevista no n.º 5 do artigo 50.º do CCP, serão disponibilizados a todos os concorrentes e juntos às peças do presente procedimento.

7. PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

A proposta e os documentos que a constituem devem ser submetidos na plataforma eletrónica identificada no ponto 1.2, até às **23:59h do 6.º dia** seguinte à expedição do Convite.

8. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

8.1 As propostas serão redigidas em língua portuguesa, sempre com o mesmo tipo de máquina, se for datilografada ou processada informaticamente, ou com a mesma caligrafia e tinta, se for manuscrita, e não deve conter rasuras, entrelinhas ou palavras riscadas, salvo se forem devidamente ressalvadas.

8.2 As propostas e os documentos que as constituem, devem ser entregues com a indicação do título **«Fornecimento Contínuo de fruta e legumes para Cantinas dos SASIPG»** e o nome ou denominação social do concorrente.

9. DOCUMENTOS QUE CONSTITUEM A PROPOSTA

9.1 A proposta é constituída, atento o disposto no artigo 57º do CCP, pelos seguintes documentos:

- a) Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, à luz do disposto na alínea a), nº 1 do artigo 57º do CCP, elaborada em conformidade com o modelo constante no Anexo I deste Convite;
- b) Proposta de preço unitário, para todos os produtos do Mapa de Quantidades anexo ao Caderno de Encargos, e de preço global da proposta, elaborada de acordo com o modelo do Anexo II deste Convite, que será entregue aos concorrentes, juntamente com as peças do procedimento, **em formato digital do tipo *xlsx***, com a denominação “Mod.proposta”, sendo imprescindível o seu preenchimento correto e completo, bem como a sua entrega naquele formato digital ou noutro compatível;
- c) Proposta de preço unitário de cada artigo e preço global da proposta, elaborada de acordo com o mesmo modelo, **mas em formato digital do tipo *pdf***.

- 9.2 Os concorrentes que sejam sociedades comerciais devem indicar, na declaração da alínea a) do n.º 9.1, um código válido para consulta eletrónica da respetiva certidão permanente de registo comercial.
- 9.3 A declaração e a proposta referidas nas alíneas a) e c) do n.º 9.1 devem ser assinadas digitalmente, na aceção das alíneas a) e b), nº 2 do art. 3.º do DL n.º 12/2021, de 9 de fevereiro, pelo concorrente ou por representante com poderes para o obrigar.
- 9.4 Quando os preços constantes da proposta sejam também indicados por extenso, em caso de divergência, estes prevalecem, para todos os efeitos, sobre os indicados em algarismos.
- 9.5 Todas as despesas inerentes à elaboração da proposta são da responsabilidade do concorrente.

10. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

11. NEGOCIAÇÃO

As propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

12. VALIDADE DAS PROPOSTAS

O prazo da obrigação de manutenção da proposta é de 66 dias, contados a partir da data limite para a sua entrega.

13. ANÁLISE DAS PROPOSTAS

- 13.1 A proposta será excluída, caso se verifique alguma das hipóteses previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou nos n.ºs 2 e 3 do artigo 146.º, ambos do CCP, nomeadamente o incumprimento dos n.ºs 9.1 e 9.3, mas sem prejuízo do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 72.º do CCP.
- 13.2 A não apresentação de preço unitário para todos os produtos constitui motivo de exclusão da proposta.

14. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO

- 14.1 A adjudicação é feita de acordo com o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, tendo como único fator a considerar o preço global da proposta, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.
- 14.2 O preço global das propostas é calculado efetuando a multiplicação das quantidades máximas estimadas para cada produto pelos respetivos preços unitários, depois, efetua-se a soma dos resultados assim obtidos para cada produto.
- 14.3 Em caso de empate no preço global das propostas, aplicam-se sucessivamente os seguintes critérios de desempate:
- a) Preço unitário mais baixo do tomate;
 - b) Preço unitário mais baixo da batata vermelha;
 - c) Preço unitário mais baixo da alface.

15. CAUÇÃO

Não será exigida caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, dado que o preço contratual é inferior a € 500.000,00.

16. APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

16.1 O Adjudicatário deve, no prazo de 3 dias úteis a contar da notificação da adjudicação, enviar os documentos seguintes, através da plataforma eletrónica indicada no n.º 1.2, ou autorizar a consulta eletrónica da informação abaixo indicada:

- a) Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP, conforme modelo constante do anexo II do CCP;
- b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
- d) Certificado de registo criminal, destinado a comprovar que o concorrente em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP.
- e) Documento comprovativo da submissão da declaração efetuada no Registo Central do Beneficiário Efetivo (doravante “**Declaração RCBE**”), nos termos do disposto nos artigos 37.º e 38.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, na redação atual, ou documento equivalente emitido no Estado em que seja nacional ou em que se situe o seu estabelecimento principal.

16.2 Sendo o Adjudicatário uma pessoa coletiva, o certificado a que se reporta a alínea d) do número anterior deve respeitar quer à pessoa coletiva, quer aos titulares do respetivo órgão de administração ou gerência.

16.3 Verificando-se as situações previstas no n.º 1 do artigo 86.º do CCP, por facto que não seja imputável ao Adjudicatário, o órgão competente para a decisão de contratar pode conceder, em função das razões invocadas, um prazo adicional para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

17. IDIOMA DOS DOCUMENTOS

Quando os documentos que constituem a proposta ou os documentos de habilitação não estiverem redigidos em língua portuguesa, devem ser acompanhados de tradução devidamente legalizada, exceto nos casos seguintes:

- a) Documentos que constituem a proposta: o IPG reserva-se o direito de aceitar ou rejeitar traduções não legalizadas, desde que o concorrente convidado declare aceitar a sua prevalência, para todo e qualquer efeito, sobre os respetivos originais;

18. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente documento aplica-se o regime previsto no CCP, na sua atual redação, e respetiva regulamentação.

O Presidente do IPG

(Prof. Doutor Joaquim Manuel Fernandes Brigas)

Anexo I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP]

1 - ... (nome, número de identificação civil, número de identificação fiscal, morada e endereço eletrónico), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal, sede e endereço eletrónico ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal, sedes e endereços eletrónicos), cuja certidão permanente de registo comercial pode ser consultada eletronicamente, com o código xxxx-yyyy-zzzz (1), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

..(local), (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

(Modelo de declaração)

[a que se refere a alínea a) do n.º 16.1 do Convite]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

Anexo IV

Modelo de proposta

[a que se referem as alíneas b) e c) do n.º 9.1]

CP.IPG.2025.651_SAS_Fornecimento Contínuo de Frutas e Legumes para cantinas

**Nome ou Denominação do
concorrente**

Mapa de quantidades					
Cód.	Produtos	Un.	Quant. Máximas Previstas	Preço unitário (€)	Totais (€)
1	Abóbora	kg	320		0
2	Agrião	kg	14		0
3	Alface	kg	1200		0
4	Alho Francês	kg	240		0
...	kg
62	Uvas	kg	200		0
Valor da proposta					0

Nota: este modelo é meramente exemplificativo, os concorrentes devem utilizar, exclusivamente, o modelo que lhes foi entregue em formato digital x/sx (ou compatível). Depois de completamente preenchido, este modelo deve ser entregue no mesmo formato e também em *pdf*. O documento em *pdf* carece de assinatura digital.